

NOVOS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

LIMA, Thalita dos Santos.

Aluna do 6º período de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

thalitalima20@hotmail.com

MENEZES, Lucivânia Santos

Aluna do 6º período de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

lucinhalettras@hotmail.com

SOUZA JUNIOR, José Lourenço (orientador)

Mestre em Educação, Professor do Curso de Pedagogia

e Direito Da Universidade Tiradentes.

lourenço.aju@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo foi o de clarear o sentido da inclusão, como inovação, tornando-o compreensível, aos que se interessam pela educação como um direito de todos, que precisa ser respeitado. Pretendeu-se, também demonstrar a viabilidade da inclusão pela transformação geral das escolas, visando a atender aos princípios deste novo paradigma educacional.

Analisando a linguagem política referente aos alunos com necessidades educacionais especiais, à inclusão e à integração escolar, o autor pode constatar a ambigüidade do tratamento de tais termos e expressões, no conjunto de instrumentos legais e normativos da educação brasileira nos últimos quatorze anos. Destacando conteúdos do Plano Nacional de Educação e das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aponta

algumas das dificuldades para a compreensão da identidade dos alunos referidos como tendo necessidades educacionais especiais. Apresenta, também, algumas recomendações para a revisão da política educacional em relação a tais elementos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar, Educação Especial, Política Educacional.

ABSTRACT

“The objective of this article was of clearer the direction of the inclusion, as innovation, becoming it understandable, to the ones that if interest for the education as a right of all, that it needs to be respected. It was intended, also to demonstrate the viability of the inclusion for the general transformation of the schools, aiming at to take care of to the principles of this new educational paradigm.”

Analyzing the political language regarding the students with special educational needs, to the inclusion and the school integration, the author can verify the ambiguity of the treatment of such terms and expressions, in the group of legal and normative instruments of the Brazilian education in the last fourteen years. Highlighting contents of the National Plan of Education and of the National Guidelines for the Special Education in the Basic Education, it aims some of the difficulties for the understanding of the students' identity referred as tends special educational needs. It presents, also, some recommendations for the revision of the educational politics in relation to such elements.

KEY WORDS: School Inclusion, Special Education, Educational Politics.

INTRODUÇÃO

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação - e assim diz a Constituição!

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Para descrever o caminho na direção das escolas inclusivas focaliza-se determinadas experiências, no cenário educacional brasileiro sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-las nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir de sua implementação.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Para essa reflexão recorreremos a alguns estudiosos nessa área, para discutir um tema relevante e muito presente na Educação que envolve conceitos /categorias como diversidade, deficiência, integração e inclusão. Segundo Sasaki (1997), “os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais”, a inclusão, enquanto novo paradigma, alavancar a escola, que com novas implicações educativas, deverá acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e culturais. Segundo Blanco (1998), o desenvolvimento das escolas inclusivas implica modificações substanciais na prática educativa, desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança e capaz de dar respostas às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas que apresentam uma incapacidade grave.

Deste ponto de vista, o professor, na sua prática educacional tem importância singular, uma vez que pela sua atividade docente, busca desenvolver no aluno o espírito crítico – reflexivo, maximizar habilidades /competências (novos paradigmas).

Avançando na discussão do papel da escola, da educação, e, sobretudo, da presença do professor, enquanto elo no processo ensino – aprendizagem, na direção de uma consciência de cidadania, a inclusão só terá êxito com seu total engajamento.

DESENVOLVIMENTO

Visando os aspectos organizacionais.

É preciso mudar a escola e mais precisamente o ensino nela ministrado. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nesse novo século.

Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes. Destacaremos as que consideramos primordiais, para que se possa transformar a escola, em direção de um ensino de qualidade e em consequência, inclusivo.

Temos de agir urgentemente:

- Colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque a escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;

- Garantindo tempo para que todos possam aprender e reprovando a repetência;

- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;

- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos; elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

Além dessas sugestões, referentes ao ensino nas escolas, a educação de qualidade para todos e a inclusão implicam em mudanças de outras condições relativas à administração e aos papéis desempenhados pelos membros da organização escolar.

Nesse sentido é primordial que sejam revistos os papéis desempenhados pelos diretores e coordenadores, no sentido de que ultrapassem o teor controlador, fiscalizador e burocrático de suas funções pelo trabalho de apoio, orientação do professor e de toda a comunidade escolar.

A descentralização da gestão administrativa, por sua vez, promove uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos das escolas, por meio dos conselhos, colegiados, assembleias de pais e de alunos. Mudam-se os rumos da administração escolar e com isso o aspecto pedagógico das funções do diretor e dos coordenadores e supervisores emerge. Deixam de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados aos gabinetes, às questões burocráticas, sem tempo para conhecer e participar do que acontece nas salas de aula.

Visando a formação continuada dos professores

Sabe-se que, no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais, como a inclusão. A tendência é se refugiarem no impossível, considerando que a proposta de uma educação para todos é válida, porém utópica, impossível de ser concretizada com muitos alunos e nas circunstâncias em que se trabalha, hoje, nas escolas, principalmente nas redes públicas de ensino.

A maioria dos professores têm uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também se reconhece que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Os professores, como qualquer ser humano, tendem a adaptar uma situação nova às anteriores. E o que é habitual, no caso dos cursos de formação inicial e na educação continuada, é a separação entre teoria e prática. Essa visão dicotômica do ensino dificulta a nossa atuação, como formadores. Os professores reagem inicialmente à nossa metodologia, porque estão habituados a aprender de maneira incompleta, fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes

permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas.

Os professores acreditam que a formação em serviço lhes assegurará o preparo de que necessitam para se especializarem em todos os alunos, mas concebem essa formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização com uma terminalidade e com um certificado que lhes convalida a capacidade de efetivar a inclusão escolar. Eles introjetaram o papel de praticantes e esperam que os formadores lhes ensinem o que é preciso fazer, para trabalhar com níveis diferentes de desempenho escolar, transmitindo-lhes os novos conhecimentos, conduzindo-lhes da mesma maneira como geralmente trabalham com seus próprios alunos. Acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicos para a aprendizagem escolar desses alunos. Os dirigentes das redes de ensino e das escolas particulares também pretendem o mesmo, num primeiro momento, em que solicitam a colaboração.

Se de um lado é preciso continuar a investir maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, não se pode descuidar da realização dessa formação e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como reagem às novidades, aos novos possíveis métodos educacionais.

A Metodologia

Diante dessas circunstâncias e para que se possa atingir os propósitos de formar professores para uma escola de qualidade para todos, idealiza-se um projeto de formação que tem sido adotado por redes de ensino públicas e escolas particulares brasileiras, desde 1991.

Algumas propostas de formação utilizadas se baseiam em princípios educacionais construtivistas, pois se reconhece que a cooperação, a autonomia intelectual e social, a aprendizagem ativa e a cooperação são condições que propiciam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como a capacitação e o aprimoramento profissional dos professores.

Nesse contexto, o professor é uma referência para o aluno e não apenas um mero instrutor, pois enfatiza-se a importância de seu papel tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do futuro cidadão. Assim sendo, a formação continuada vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

Devemos reconhecer que o professor, assim como o seu aluno, não aprendem no vazio. Assim sendo, parte-se do "saber fazer" desses profissionais, que já possuem conhecimentos, experiências, crenças, esquemas de trabalho, ao entrar em contato com a inclusão ou qualquer outra inovação.

O fato de os professores fundamentarem suas práticas e argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que muitas vezes são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial e outras opções segregativas de atendimento educacional.

Daí a necessidade de se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível. Os grupos são organizados espontaneamente pelos próprios professores, no horário em que estão nas escolas e são acompanhados, inicialmente, pela equipe da rede de ensino, encarregada da coordenação das ações de formação. As reuniões têm como ponto de partida, as necessidades e interesse comuns de alguns professores de esclarecer situações e de aperfeiçoar o modo como trabalham nas salas de aula. O foco dos estudos está na resolução dos problemas de aprendizagem, o que remete à análise de como o ensino está sendo ministrado, pois o processo de construção do conhecimento é interativo e os seus dois lados devem ser analisados, quando se quer esclarecê-lo.

Participam dos grupos, além dos professores, o diretor da escola, coordenadores, mas há grupos que se formam entre membros de diversas escolas, que estejam voltados para

um mesmo tema de estudo, como por exemplo a indisciplina, a sexualidade, a ética e a violência, a avaliação e outros assuntos pertinentes.

A equipe responsável pela coordenação da formação é constituída por professores, coordenadores, que são da própria rede de ensino, e por parceiros de outras Secretarias afins: Saúde, Esportes, Cultura. Trabalha-se diretamente com esses profissionais, mas também participa do trabalho nas escolas, acompanhando-as esporadicamente, quando solicitados.

Em *Inclusão/Construindo uma sociedade para todos*, Sasaki (1997) ao trabalhar os principais conceitos pré-inclusivistas enuncia um modelo médico da deficiência, em que os diferentes são declarados doentes, são considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos de deveres morais, levando vidas inúteis, como está evidenciado na palavra inválido. Segundo Westmacoft (1996), o modelo médico da deficiência “tenta melhorar as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade”. Integração é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos (Glat, 1991). Se não levarmos em conta o aspecto psico-social, corre-se o risco de sermos reducionistas.

A Integração Social surgiu como oposição à prática da exclusão social, em seu sentido total, era considerada inválida, inútil e incapaz para trabalhar. Nas últimas décadas tem sido o tema mais discutido no Brasil.

A Integração Escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar – ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. (MEC, 1994)

O próprio conceito de integração escolar já está sendo por muitos considerado ultrapassado, e, a proposta mais “moderna” nos países ditos de Primeiro Mundo é a da escola inclusiva, dentro do movimento pela inclusão total. (Inclusion International, 1996).

As modernas concepções pedagógicas propõem que se pense a aprendizagem como um processo interativo no qual as trocas feitas pelos sujeitos são determinantes na

construção ou reconstrução do conhecimento. Desse modo, considerando os diversos graus de potencialidade entre os indivíduos, surgem novas perspectivas, como a da inclusão de pessoas com deficiência físicas e mentais no processo educacional regular.

Assim, o que antes era explicado à luz, fundamentalmente, da medicina, da psicologia e da terapêutica, possa a ter novos horizontes, ou seja, os da perspectiva social. no campo de uma pedagogia que leva em conta as interações entre os indivíduos, passam a ser incluídas pessoas com deficiência físicas e mentais que anteriormente, estavam em classes especiais sendo submetidas a tratamentos também especiais.

O novo modo de ver a construção do conhecimento implica uma nova conduta. O modelo mental criado no âmbito da especialidade das deficiências deve ser substituído por um outro que considera as interações como base de aprendizagem contudo, atualmente, o que existe nas inclusões escolares é a dificuldade dos profissionais da educação em modificar suas concepções em relação ao que consideram com o “problema”.

No processo de amadurecimento da pessoa portadora de deficiência mental, não se deve subestimar a capacidade de administrar sua própria atividade pulsional. A educação que a escola e a família lhe proporcionarem deverá levar isso em conta. Tentamos até aqui mostrar como é difícil inserir o portador de deficiência mental num processo de histórico e vida e, em consequência, numa relação evolutiva que preveja o progressivo distanciamento educativo e permita alcançar uma autonomia factível (RAMÓN, 2003, P.274).

É com base nesse conhecimento que acredita-se que não se pode deixar de estimular e desenvolver de maneira satisfatória o potencial de um portador de deficiência seja ela física ou mental. e para isso é muito importante o papel do educador, afinal ele é o intermediário de todo esse processo.

Em face dessa questão, acredita-se que os direcionamentos das capacitações de professores do ensino regular devem ter vistas para os aspectos teóricos que envolvem uma severa mudança nas concepções e nos procedimentos pedagógicos. O mais complexo nessas mudanças é o entendimento, por parte dos professores, de que a pessoa com deficiência no

espaço da escola deve estar incluída de forma ampla sem nenhum tipo de tratamento especial ou conduta que possa vir a excluí-la das dinâmicas escolares.

Os profissionais da área de ensino devem elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em consideração a realidade dos alunos da classe. Avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno, e não as exigências do sistema escolar. Fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão e segundo (Reily,2004; pág 203), não ter medo de muitas vezes aliar a intuição aos conhecimentos de natureza psicopedagógica.

Na construção desse evidente avanço da ciência moderna, ainda se encontram alguns grupos de terapeutas, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc., que entendem a educação do deficiente como algo isolado, tendo em vista, a chamada Educação Especial. Seria o caso das escolas especiais que oferecem terapias médicas e ocupacionais a pessoas com deficiências, levando em conta as especificidades de cada um.

A teoria de Piaget, bem como os seus seguidores, versa sobre a idéia do desenvolvimento de um sujeito psicológico, individualizado, que constrói conhecimento que vai sendo, pouco a pouco, sintetizado e integrado, de modo a formar esquemas sucessivos de novos conhecimentos que revelam, através do tempo, sua autonomia intelectual. Esse último dado, o da autonomia intelectual, é o que se torna relevante como conhecimento, principalmente para os professores que ainda crêem que é possível se ter uma classe homogênea, em que todos aprendem as mesmas coisas ao mesmo tempo.

A Normalização, segundo o MEC (1994), é um “princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade”. Segundo Mantoan (1997, p.120) “a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”. Essa proposta de integração foi introduzida na Educação Especial por um grupo de profissionais da Escandinávia, na forma do chamado Princípio da Normalização. (Wolfensberger, 1972).

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. A trajetória escolar não pode ser comparada a um rio perigoso e ameaçador, em cujas águas os alunos podem afundar. Mas há sistemas organizacionais de ensino que tornam esse percurso muito difícil de ser vencido, uma verdadeira competição entre a correnteza do rio e a força dos que querem se manter no seu curso principal.

Um desses sistemas, que muito apropriadamente se denomina "de cascata", prevê a exclusão de algumas crianças, que têm déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades para aprender. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativo, o ensino especial, que atende aos alunos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola regular. Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso remar contra a correnteza, ou seja, enfrentar os desafios da inclusão : o ensino de baixa qualidade e o subsistema de ensino especial, desvinculado e justaposto ao regular.

Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar.

Se hoje já podemos contar com uma Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, os serviços de itinerância).

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar

os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ação novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

CONCLUSÃO

Cabe salientar que, a despeito das diferentes e às vezes conflitantes abordagens para a implementação de uma educação escolar inclusiva, juntamente com as autoridades governamentais consiste importantíssimo avanço ao apoiar publicamente a inclusão escolar de todas as crianças e jovens. E, como bem diz Mantoan (1997,p.120), “a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”.

Em razão disso, é preciso que estejamos cientes de que:

Multiplicar informações e conhecimentos não será suficiente enquanto as práticas profissionais e as políticas públicas continuarem alheias a considerações éticas, de justiça e de equidade. Todas as pesquisas, bibliotecas e bancos de dados, enquanto não resultem em novas práticas de gestão e mudanças comportamentais, não resolverão os intrincados problemas de nossa sociedade no limiar do terceiro milênio. (RATTNER, 2000, p. 362)

E, nesse momento, devemos estar alertas para o fato de que a política educacional, enquanto política social pública tem um dinamismo que envolve avanços e recuos, desvios e

contradições tornando imperioso não desencadearmos ou aderirmos a uma proposta de inclusão selvagem a exemplo do que ocorreu nos anos setenta na Itália com a então conhecida “integração selvagem”.

No presente artigo o principal desafio é o de chamar a atenção para uma realidade que se apresenta em nosso país no âmbito educacional, já que, fora dele, diversos setores da sociedade começam a operar mudanças, ainda que lentas, em direção a um processo de inclusão. Podemos com isso, também afirmar que uma verdadeira revolução educacional faz-se necessária para que de fato possamos dizer que estamos fazendo uma Educação Inclusiva, onde todos têm os mesmos direitos e as diferenças sejam apenas vistas como algo a mais para se aprender e adquirir novas maneiras de pensar e lidar com a vida. E não como algo para ser extinto e discriminado, fazendo com que essa minoria seja incapacitada de desenvolver as suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

BUENO, J.G.S. Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente.

São Paulo: EDUC/ PUCSP, 1993.

LOPES, Emilio Mira. A criança que não aprende. São Paulo: Mestre Jou, 1985.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, Senac, 1997.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1988.

MAZZOTAM, José. Educação Escolar? São Paulo: Pioneira, 1996.

PAN, José Ramón Amor. Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental. São Paulo: Loyola, 2003.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência da criança. Rio de Janeiro: Zahar, INL, 1975.

REILY, Lúcia. Escola Inclusiva: Linguagem e Meditação. Campinas: Papyrus, 2004.

SASSAKI, K. R. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SILVA, Otto Marques, A epopéia Ignorada – A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1990.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: UNIT, 2005.